

## CONJUNTURA

## Regras do microcrédito vão ficar mais flexíveis

Filipe Araujo/AE

Até agora, do R\$ 1,2 bilhão disponível no programa, apenas R\$ 153 milhões foram aplicados

MARIANA BARBOSA

Desapontado com os resultados, o governo pretende flexibilizar as regras do programa de microcrédito, que prevê a utilização de 2% dos depósitos à vista dos bancos comerciais para pequenos empréstimos a taxa de juros de 2% ao mês. A ideia é permitir que entidades que operam o microcrédito produtivo, como Organizações não-governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), tenham acesso ao compulsório daqueles bancos que, por alguma razão, não tenham interesse em entrar nesse mercado de baixa renda.

Segundo o Ministério da Fazenda, dos R\$ 1,2 bilhão disponíveis para o programa, só R\$ 153 milhões (13%) foram aplicados. O programa de bancarização, ou inclusão bancária, também produziu o resultado esperado. Apesar do sucesso de iniciativas como a Caixa Aqui, conta

grupo, Gilson Bittencourt, assessor especial do ministro da Fazenda, elas serão anunciadas até o fim de maio.

Além de eliminar entraves que impedem os bancos de repassar recursos do compulsório para entidades de microcrédito produtivo, o governo discute medidas para facilitar o acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), hoje disponibilizado só pelo BNDES. Apesar do banco anunciar uma linha de R\$ 1 bilhão do FAT para o setor, as condições impostas foram consideradas proibitivas pelas entidades. Como resultado, nem um centavo foi liberado.

"Se o BNDES não tiver vocação para trabalhar com programas para a baixa renda, os outros bancos públicos poderiam cumprir esse papel", diz José Caetano Lavorato, presidente da Abcred, entidade que representa as instituições de microcrédito sem fins lucrativos. A Abcred passou o dia ontem reunida para elaborar sugestões, a pedido do governo, para eliminar os entraves ao microcrédito produtivo.

**I**NCCLUSÃO  
BANCÁRIA  
TAMBÉM  
DECEPCIONA

As discussões marcam uma mudança. "Agora estamos focando no crédito produtivo, sem descartar o que já foi feito", afirma Bittencourt. Lançado pelo presidente Lula em junho, o programa de microfinanças tinha dois objetivos: promover a inclusão bancária, com a abertura de contas correntes simplificadas, e massificar a oferta de crédito para consumo. Para isso, os bancos comerciais foram priorizados, em detrimento das ONGs, Oscips e SCMs. Elas, que trabalham quase exclusivamente com crédito a microempreendedores informais, foram taxadas de ineficientes e criticadas por terem pouco alcance. "Essas instituições ficaram meio à margem do processo", diz Bittencourt.

Como contrapartida para ampliar o microcrédito, o governo quer estabelecer medidas de desenvolvimento institucional das entidades, de forma a torná-las mais eficientes. Estão previstas ainda medidas de apoio ao microempreendedor.

As novas regras estão sendo debatidas no Grupo de Trabalho Interministerial de Microcrédito e Microfinanças. Segundo o secretário-executivo do



Associação de entidades de microcrédito prepara, a pedido do governo, sugestões para retirar entraves

## Primeiro Emprego terá mudança em maio

No Dia do Trabalho serão anunciadas medidas para simplificar procedimentos

FABIOLA GLENIA

Em almoço-reunião organizado ontem pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha para explicar o funcionamento e os objetivos do programa Primeiro Emprego, o secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, Remígio Todeschini, pediu aos empresários que deem emprego a jovens nas suas empresas. E acrescentou: "Independentemente do incentivo financeiro do governo, para que eles continuem acreditando no Brasil".

Segundo Todeschini, no Dia do Trabalho devem ser anunciadas mudanças no programa, com o objetivo de simplificar procedimentos e aumentar a atratividade. Entre elas, estaria a unificação do valor do subsídio às empresas, hoje de R\$ 100 por contratação para grandes e médias, e de R\$ 200 para micro e pequenas.

A captação de vagas para o Primeiro Emprego, atualmente limitada às capitais e regiões metropolitanas, também está sendo expandida para mais 147 cidades do interior onde há postos do Sistema Nacional de Empregos (Sine) e representação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

Na presença de empresários de grandes companhias de capital alemão, como Bosch, Siemens, Deutsche Bank, Audi Senna e Henkel, entre outras, e de representantes da Embaixada da Alemanha e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Todeschini explicou as principais características do programa, anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho de 2003, mas sem resultados concretos até o momento.

"Quando discute a questão do desemprego, o governo tem grande preocupação com o desemprego juvenil. Dos números que constam das estatísticas,

metade se refere a jovens com idades entre 16 e 24 anos", disse. "Temos 70 mil presos com idade até 25 anos. Isso ocorre principalmente porque eles não tiveram uma chance na vida."

Todeschini destacou que o Primeiro Emprego se divide em duas grandes linhas: a colocação dos jovens no mercado de trabalho e a preparação desse jovem para o primeiro emprego, com o aumento da escolaridade e da qualificação profissional.

Dentro da primeira linha, o secretário falou da unificação do valor do incentivo às empresas; abordou a questão da responsabilidade social, sugerindo a contratação de 800 a 1.000 jovens, independentemente da contrapartida do governo. Também abordou a importância do estágio para os jovens adquirirem experiência e fez um apelo para que os empresários façam parcerias com os Consórcios da Juventude, que atualmente existem em seis regiões do País.

Depois de falar sobre a importância do estágio para os jovens adquirirem experiência e fez um apelo para que os empresários façam parcerias com os Consórcios da Juventude, que atualmente existem em seis regiões do País.

## Queda no consumo fecha 897 mil vagas

Setores ligados a gastos pessoais, como comércio e serviços, são os que mais criam empregos

ADRIANA CHIARINI

RIO - A queda de 3,3% no consumo das famílias brasileiras no ano passado em relação a 2002 causou a destruição de 897 mil postos de trabalho, segundo cálculos do economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Carlos Eduardo Young, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Somando esses empregos perdidos, com os que seriam gerados se o consumo tivesse acompanhado o crescimento médio anual da população, de 1,3%, o total atingiria 1,262 milhão de postos de trabalho.

"A política macroeconômica de contenção do consumo para o controle da inflação gera desemprego", disse Young, que é professor do Instituto de Economia da UFRJ.

"Os setores ligados a consumo pessoal, como comércio, vestuário, serviços para a família, são os que mais geram emprego", afirma. "Mesmo considerando o aumento dos empregos gerado pelo crescimento espetacular das exportações de bens e serviços, de 14%, no ano passa-

do, não compensa."

O aumento das exportações criou, segundo as contas de Young, 856 mil postos de trabalho. O saldo entre os empregos perdidos pela queda do consumo e os criados pelo aumento das exportações é de 41 mil empregos destruídos. Contando também os postos de trabalho que deixaram de ser criados pela não manutenção do consumo per capita, o resultado negativo vai a 406 mil postos de trabalho a menos.

Young observa que o setor de agronegócio, que tem crescido no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é altamente mecanizado. "Mesmo crescendo, a agricultura perde empre-

gos." Segundo ele, os quatro setores escolhidos pelo governo para a política industrial - semicondutores, fármacos, bens de capital e software - também se caracterizam pela criação de criar poucos empregos.

Young centrou seus cálculos na queda do consumo das famílias e nas exportações, não incluindo outros fatores, como a queda de 6,6% dos investimentos em construção civil e máquinas e equipamentos no conceito de formação bruta de capital fixo (FBCF) ou o aumento de 0,6% no consumo do governo. Sobre este último, observou que ficou abaixo do crescimento médio anual da população, de 1,3%.

aumento de 1,7% na produção em março ante fevereiro, já levando em conta a nova pesquisa industrial mensal divulgada pelo IBGE, com novo método de dessazonalização dos dados. Nos últimos meses, as variações ante mês anterior foram: dezembro, -2,1%; janeiro, -0,6%; fevereiro, -1,8%.

O Ipea avalia que dados recentes "têm trazido sinais relativamente ambíguos, que não permitem uma conclusão clara quanto ao ritmo do crescimento - se ele teria só arrefecido, num movimento de acomodação natural que não compromete sua continuidade, ou se teria havido de fato uma interrupção decorrente do esgotamento dos fatores que impulsionaram a retomada a partir de julho passado".

Os dados do Ipea relativos à

produção industrial levam em conta, para março, os dados disponíveis da produção de automóveis, aço bruto e papelão ondulado. Os dados oficiais sobre a produção do mês serão divulgados no dia 10 de maio.

O Ipea sublinha que haverá "forte crescimento" na produção industrial ante março de 2003, atingindo 12,2%, "certamente influenciada pelo elevadíssimo crescimento da produção de autoveículos em relação a março do ano passado (33,8%), bem como o de papelão ondulado (13,3%)". O instituto alerta que "toda comparação entre março de 2004 e março de 2003 deve levar em conta o maior número de dias úteis em 2004, já que o carnavalesco em 2003 caiu em março". Ou seja, o resultado será beneficiado por esse fator.

**P**ROJEÇÃO É  
DE AUMENTO  
DE 1,7% EM  
MARÇO

## Contribuinte idoso recebe antes devolução do IR

Quem entrega declaração por internet tem prioridade; prazo acaba sexta-feira

ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA - Os contribuintes com mais de 60 anos terão prioridade para receber a restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). O benefício foi incluído na Instrução Normativa da Receita Federal que estabelece o calendário e os critérios de pagamento das restituições. Ela foi assinada ontem pelo secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e será publicada segunda-feira no *Diário Oficial* da União. Segundo a Receita, a medida atende a um dos artigos do Estatuto do Idoso, que começou a vigorar em janeiro.

A Receita vai liberar este ano sete lotes regulares de restituição do IRPF 2004 (ano-base 2003). O primeiro lote será liberado em 15 de junho e o último em 15 de dezembro. Os contribuintes que enviaram a declaração pela internet terão prioridade na fila da restituição, seguido por aqueles que entregaram o documento em disquete. Os contribuintes que declararam pelo telefone estão em terceiro na lista de prioridades. Por último, estão os contribuintes que prestaram contas em papel.

A Receita vai em todos os casos observar a data mais antiga de entrega da declaração. Essa é uma forma do Fisco incentivar o envio das declarações pela internet e o mais cedo antes do prazo final de entrega do IRPF.

Faltando só uma semana para o encerramento do prazo sexta-feira, a Receita recebeu até ontem 10 milhões de declarações. A expectativa é que 18 milhões de contribuintes acertem as contas com o Fisco esse ano. A Receita tem recebido, em média, cerca de 54 mil declarações por hora. A multa mínima para quem perder o prazo de entrega varia de R\$ 165,74 a 20% sobre o imposto devido.



## Despesas médicas

Em agosto de 2003, fiz uma cirurgia para remoção de catarata. A cirurgia foi paga pelo meu plano de saúde para a clínica de oftalmologia, que me cobrou R\$ 1.600,00, referente ao custo da lente que me foi inserida no olho. Posso deduzir esse valor na declaração? Leslie R.C. Smith

Resposta: Não tendo havido o reembolso pelo plano de saúde da lente intra-ocular, você poderá considerar a despesa médica, desde que conste na discriminação da nota emitida pela clínica ou dos honorários médicos (PN CST 36/1977).

## Aposentadoria

Meu pai, japonês residente no Brasil, passou a receber aposentadoria da seguridade social japonesa a partir de maio de 2003. Depois de receber os atrasados desde 2000, passou a receber um valor fixo a cada dois meses. O total dos atrasados ultrapassa o limite de isenção. Ele deve declarar esses valores como rendimento isento e não-tributável ou como valor recebido do exterior, pagando Imposto de Renda? Rodrigo Riuj Omori

Resposta: Segundo a Receita Federal, os rendimentos recebidos de seguridade social estrangeira são tributáveis mensalmente via Carnê-Leão e informados

na declaração de ajuste no campo "Rendimentos Recebidos de Pessoas Físicas e do Exterior pelo Titular".

## Dependente

Tenho um filho universitário de 23 anos de idade que é meu dependente no IR. No ano passado, doe a ele R\$ 140 mil para a compra da metade de um apartamento (sua noiva comprou a outra metade). Na escritura do imóvel, cada um possui metade do bem. Na minha declaração, informo como doação de dinheiro (já recolhi o imposto estadual). Ele precisa fazer a declaração simplificada informando a posse do imóvel e o dinheiro recebido em doação? Posso declará-lo como dependente na minha declaração, já que ele não tem renda? Manoel Lobat

Resposta: Seu filho deve continuar sendo tratado como dependente na sua declaração de IR. O imóvel comprado também deve ser relacionado na sua declaração de bens, com a observação de que é de propriedade de seu filho, à razão de 50%. Como o imóvel do seu filho já vai constar na sua declaração de bens por ele ser seu dependente, não informe a doação no campo "Pagamentos e Doações Efetuadas".

As questões são respondidas pela tributarista Elisabeth Libertuci, da Libertuci Advogados.

**OESP PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ (MF) nº 01.618.798/0001-17  
NIRE nº 35.300.193.873

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores adquirentes da OESP PARTICIPAÇÕES S.A., estabelecida na Av. Engenheiro Caetano Álvares, nº 55, Bairro do Limão, São Paulo - SP, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar na sede social, no dia 30 de abril de 2004, às 11:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003;
2. Eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Consultivo;
3. Limites de alçada da decisão do Conselho de Administração; e
4. Reorganização Societária.

São Paulo, 20 de abril de 2004.

FRANCISCO MESQUITA NETO  
Presidente do Conselho de Administração  
(21, 23 e 24/04/2004)